

Alerta Legislação nº 18, de 02 a 07 maio 2016
Boletim semanal

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA (SMPE)

■ **RESOLUÇÃO Nº 36, DE 2 DE MAIO DE 2016**

Dispõe sobre o procedimento de cancelamento de inscrição de Microempendedor Individual - MEI inadimplente.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
06/05/2016	<u>DECRETO Nº 8.747, DE 5 DE MAIO DE 2016</u> Atribui aos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Planejamento, Orçamento e Gestão a competência de majorar os valores dos benefícios e os valores referenciais para caracterização de situação de pobreza ou extrema pobreza, de que tratam o § 6º do art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e o art. 2º, parágrafo único, do Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011. <u>DECRETO Nº 8.745, DE 5 DE MAIO DE 2016</u> Autoriza o Ministério da Cultura a qualificar como organização social pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos para executar as atividades de guarda, preservação, documentação e difusão do acervo audiovisual da produção nacional. <u>DECRETO Nº 8.744, DE 5 DE MAIO DE 2016</u> Promulga o Acordo de Sede entre a República Federativa do Brasil e a União de Nações Sul-Americanas - UNASUL para o Funcionamento do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde - ISAGS, firmado em Assunção, em 20 de abril de 2012.
05/05/2016	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 724, DE 4 DE MAIO DE 2016</u> Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a extensão dos prazos para inscrição no Cadastro Ambiental Rural e para adesão ao Programa de Regularização Ambiental. <u>LEI Nº 13.281, DE 4 DE MAIO DE 2016</u> Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de

	Trânsito Brasileiro), e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Mensagem de veto <u>DECRETO Nº 8.743, DE 4 DE MAIO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 6.272, de 23 de novembro de 2007, para dispor sobre a composição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea. <u>DECRETO Nº 8.742, DE 4 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre os atos notariais e de registro civil do serviço consular brasileiro e da dispensa de legalização no Brasil das assinaturas e atos emanados das autoridades consulares brasileiras. <u>DECRETO Nº 8.741, DE 4 DE MAIO DE 2016</u> Revoga o Decreto nº 3.210, de 14 de outubro de 1999, e o Decreto nº 3.817, de 14 de maio de 2001, que dispõem sobre a Comissão de Desenvolvimento do Projeto e da Implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite - Ciscomis. <u>DECRETO Nº 8.740, DE 4 DE MAIO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, para dispor sobre a experiência prática do aprendiz. <u>DECRETO Nº 8.739, DE 4 DE MAIO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 7.929, de 18 de fevereiro de 2013, que regulamenta a Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, no que se refere à avaliação da vocação logística dos imóveis não operacionais da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. e altera o Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007, que regulamenta a Medida Provisória nº 353, de 22 de janeiro de 2007.
04/05/2016	<u>LEI Nº 13.280, DE 3 DE MAIO DE 2016</u> Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética. <u>DECRETO Nº 8.738, DE 3 DE MAIO DE 2016</u> Regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, para dispor sobre o processo de seleção das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, e dá outras providências <u>DECRETO Nº 8.737, DE 3 DE MAIO DE 2016</u> Institui o Programa de Prorrogação da Licença-Paternidade para os servidores regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. <u>DECRETO Nº 8.736, DE 3 DE MAIO DE 2016</u> Institui o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. <u>DECRETO Nº 8.735, DE 3 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre a composição, a estruturação, as competências e o funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF.
03/05/2016	<u>LEI Nº 13.278, DE 2 DE MAIO DE 2016</u>

	Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte.
02/05/2016	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 723, DE 29 DE ABRIL DE 2016</u> Prorroga o prazo de dispensa de que trata o caput do art. 16 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013(*). (*) <i>Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e no 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências.</i> <u>LEI Nº 13.276, DE 29 DE ABRIL DE 2016</u> Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde, do Trabalho e Emprego e das Cidades e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 37.579.334.525,00, para os fins que especifica. <u>DECRETO Nº 8.732, DE 30 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre o Conselho Nacional do Trabalho, integrante da estrutura básica do Ministério do Trabalho e Previdência Social. <u>DECRETO Nº 8.731, DE 30 DE ABRIL DE 2016</u> Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF. <u>DECRETO DE 29 DE ABRIL DE 2016</u> Homologa a demarcação administrativa da terra indígena Pequizal do Naruvôtu, localizada nos Municípios de Canarana e Gaúcha do Norte, Estado do Mato Grosso. <u>DECRETO DE 29 DE ABRIL DE 2016</u> Declara de interesse social, para fins de desapropriação, o imóvel rural que menciona, localizado no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina. <u>DECRETO DE 29 DE ABRIL DE 2016</u> Homologa a demarcação administrativa da terra indígena Piaçaguera, localizada no Município de Peruíbe, Estado de São Paulo.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 22, DE 2016</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 718, de 16 de março de 2016, publicada em Edição Extra do Diário Oficial da União no dia 17 do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para dispor sobre o controle de dopagem, a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, e dá

	outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, 4 de maio de 2016 Senador RENAN CALHEIROS Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 21, DE 2016</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016, publicada em Edição Extra do Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Cria o cargo de Ministro de Estado Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República, altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, 4 de maio de 2016 Senador RENAN CALHEIROS Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Presidência da República (PR)	CASA CIVIL (CCPR) → Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) <u>PORTARIA Nº 2, DE 5 DE MAIO DE 2016</u> Estabelece a certificação digital da Carteira de Identificação Estudantil - CIE. SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA (SMPE) <u>RESOLUÇÃO Nº 36, DE 2 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre o procedimento de cancelamento de inscrição de Microempreendedor Individual - MEI inadimplente.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 5 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Ficam alterados os arts. 5º, 8º e 9º da Instrução Normativa nº 39, de 27 de outubro de 2015(*), que passam a vigorar com a seguinte redação: (...) (*) Art. 1º Fica autorizada a apresentação dos documentos exigidos no Manual de Procedimentos Operacionais da Vigilância Agropecuária Internacional, aprovado na forma do Anexo da Instrução Normativa MAPA nº 36, de 10 de novembro de 2006, mediante sua anexação em formato digital no Portal Único de Comércio Exterior. (...) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7, DE 3 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º A tabela 2 do item 3.1.3.1 do Anexo II da Instrução Normativa nº 62, de 29 de dezembro de 2011, que aprova o Regulamento Técnico de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Leite Cru Refrigerado, o Regulamento Técnico da Coleta de Leite Cru Refrigerado e seu Transporte a Granel, passa a vigorar com a seguinte redação:

	(...) <u>PORTARIA Nº 68, DE 3 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Fica instituída a Comissão Técnica Consultiva para Monitoramento da Qualidade do Leite - CTC/Leite, prevista no § 3º do art. 1º da Instrução Normativa no 62, de 29 de dezembro de 2011. (...) SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (SDA) <u>PORTARIA Nº 37, DE 2 DE MAIO DE 2016</u> Submete à Consulta Pública o projeto de Instrução Normativa que estabelece as especificações, naquilo que é de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para a elaboração de rótulos e bulas de agrotóxicos e afins pelas empresas titulares de registro, bem como as diretrizes para a inserção de dados e documentos no Sistema de Produtos Fitossanitários - Sistema Agrofit <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7, DE 12 DE ABRIL DE 2016 (*)</u> (...) Limites máximos de contaminantes admitidos em fertilizantes orgânicos e condicionadores de solo (...) (*) Republicada por ter saído, no DOU de 13-4-2016, Seção 1, pág. 3, com incorreção do original.
Ministério da Cultura (MinC)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 34, DE 2 DE MAIO DE 2016</u> Aprova o Plano de Trabalho Anual do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) para o exercício de 2016. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL (CNPCL) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 4 DE MAIO DE 2016</u> Estabelece procedimentos complementares para a habilitação para a atividade de cobrança, por associações de gestão coletiva de direitos de autor e direitos conexos, na internet, conforme definida no inciso I do caput do art. 5º da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 4 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre as obrigações dos usuários na execução pública de obras musicais e fonogramas inseridos em obras e outras produções audiovisuais, nos termos da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e do Decreto nº 8.469, de 22 de junho de 2015. SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL (SCDC) <u>PORTARIA Nº 30, DE 3 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre a relação das Entidades Certificadas como Ponto de Cultura inscritas na Plataforma da Rede Cultura Viva - Cadastro dos Pontos e Pontões de Cultura. SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA (SEFIC) <u>PORTARIA Nº - 255, DE 5 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s)

	anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999. SECRETARIA DO AUDIOVISUAL (SAV) <u>PORTARIA Nº- 52, DE 5 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999. (...)
Ministério da Defesa (MD)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 22/MD, DE 24 DE MARÇO DE 2016</u> Dispõe sobre o Comitê de Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas. <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 18/MD, DE 2 DE MARÇO DE 2016</u> Dispõe sobre o Conceito de Operações - MD31-S-02 (1ª Edição/2015) do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²). CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA COMANDO DA MARINHA (CM) <u>PORTARIA Nº 6/TM, DE 29 DE MARÇO DE 2016</u> Institui o Diário Eletrônico do Tribunal Marítimo (e-DTM).
Ministério da Educação (MEC)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 369, DE 5 DE MAIO DE 2016</u> Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SINAEB. <u>PORTARIA Nº 332, DE 3 DE MAIO DE 2016</u> Disciplina as atividades de promoção, acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de gestão celebrados com organizações sociais. <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 9, DE 29 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre o processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies referente ao segundo semestre de 2016 e dá outras providências. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) <u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 14 DE ABRIL DE 2016</u> Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, a fim de contribuir para que estas realizem atividades de educação em tempo

	integral, em conformidade com o Programa Mais Educação. SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SERES) <u>PORTARIA Nº 128, DE 28 DE ABRIL DE 2016</u> (...) Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006. <u>PORTARIA Nº 127, DE 28 DE ABRIL DE 2016</u> (...) Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.
Ministério da Fazenda (MF)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 158, DE 5 DE MAIO DE 2016</u> Altera o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012. BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) <u>RESOLUÇÃO Nº 4.483, DE 3 DE MAIO DE 2016</u> Ajusta as normas a serem aplicadas às operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) a partir de 1º de julho de 2016. <u>RESOLUÇÃO Nº 4.481, DE 2 DE MAIO DE 2016</u> Altera a Resolução nº 4.171, de 20 de dezembro de 2012, que estabelece critérios, condições e prazos para a concessão de financiamentos ao amparo dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), entre outras condições. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) – Vice-Presidência de Fundos de Governo de Loterias <u>CIRCULAR Nº 720, DE 5 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre o Orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, para o exercício de 2016, e dá outras providências <u>CIRCULAR Nº 718, DE 5 DE MAIO DE 2016</u> Estabelece a prorrogação do prazo para a solicitação de parcelamento especial de débitos do FGTS para as entidades desportivas que aderirem ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT) e divulga a versão 3 do Manual de Orientação - Regularidade do Empregador junto ao FGTS como instrumento disciplinador. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ) <u>CONVÊNIO ICMS 42, DE 3 DE MAIO DE 2016</u> Autoriza os estados e o Distrito Federal a criar condição para a fruição de incentivos e benefícios no âmbito do ICMS ou reduzir o seu montante.

	<u>CONVENIO ICMS 36, DE 3 DE MAIO DE 2016</u> Estabelece substituição tributária em relação às operações antecedentes interestaduais com desperdícios e resíduos de metais não-ferrosos e alumínio em formas brutas quando o produto for destinado a estabelecimento industrial. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>PORTARIA Nº 719, DE 5 DE MAIO DE 2016</u> Estabelece procedimentos para a revisão de ofício de créditos tributários, a pedido do contribuinte ou no interesse da administração, inscritos ou não em Dívida Ativa da União.
Ministério da Integração Nacional (MI)	SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (SEDEC) <u>PORTARIA Nº 109, DE 5 DE MAIO DE 2016</u> Reconhece situação de emergência no Município de Franco da Rocha/SP.
Ministério da Justiça (MJ)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 3, DE 5 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre a cessão de uso de imóveis habitacionais para atividades relacionadas à segurança dos Jogos Rio 2016. <u>PORTARIA Nº 522, DE 3 DE MAIO DE 2016</u> Estabelece os procedimentos a serem adotados em relação aos pedidos de extradição, ativos e passivos, bem como, à prisão para fins de extradição, de que tratam os arts. 81 e 82, da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, alterada pela Lei nº 12.878, de 4 de novembro de 2013. <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1, DE 3 DE MAIO DE 2016</u> Regulamenta o procedimento de transferência onerosa de imóveis rurais perdidos em favor do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD, para o Programa Nacional de Reforma Agrária e para a Fundação Nacional do Índio - FUNAI. <u>PORTARIA Nº 496, DE 29 DE ABRIL DE 2016</u> Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública, em apoio à operação de desocupação da Terra Indígena Apyterewa. <u>PORTARIA Nº 495, DE 28 DE ABRIL DE 2016</u> Institui a Política Nacional de Alternativas Penais.
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 898, DE 3 DE MAIO DE 2016</u> Autoriza o repasse dos valores de recursos federais relativos ao Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS); a Assistência Financeira Complementar (AFC) da União para cumprimento do piso salarial profissional nacional dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) e ao Incentivo Financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos ACE (IF). AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)

RESOLUÇÃO - RDC Nº 76, DE 2 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre realização de alteração, inclusão e cancelamento pós-registro de medicamentos específicos.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 74, DE 2 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre o peticionamento eletrônico na importação de bens e produtos sujeitos à vigilância sanitária

→ **Diretoria Colegiada (DC)**

PORTARIA Nº 474, DE 5 DE MAIO DE 2016

Habilita como Unidade Especializada em Doença Renal Crônica a Nefroclínica Ipiranga, com sede em São Paulo (SP).

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.135, DE 3 DE MAIO DE 2016

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a apreensão e inutilização, em todo o território nacional, do medicamento HORMOTROP® 12 UI, PÓ LIÓFILO INJETÁVEL, que contenha o Diluente Bacteriostático lote nº 090093651.

(...)

→ **Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários**

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.137, DE 5 DE MAIO DE 2016

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, dos lotes R1503226, R1503227 e R1503228 do produto DIGLICONATO DE CLOREXIDINA 2% 100ML, MARCA RIOHEX 2% COM TENSOATIVO, fabricados por Indústria Farmacêutica Rioquímica Ltda. (CNPJ: 55.643.555/0001-43).

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.136, DE 4 DE MAIO DE 2016

(...)

Art. 1º Determinar como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da importação, distribuição, comercialização e uso do medicamento radiofármaco STAMICIS fabricado pela empresa CIS Bio Internacional, localizada na França, importado por Medstar Importação e Exportação Ltda (CNPJ: 03.580.620/0001-35).

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.131, DE 28 DE ABRIL DE 2016

(...)

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição e comercialização, em todo o território nacional, do lote 07/2015 (val.:05/2016) do produto CANELA MOÍDA, MARCA: PACHÁ, embalagem de 30g, fabricado pela empresa Arcos Com. Imp. Ltda. (CPNJ: 04.467.255/0001-10), situada à Rod. Vereador Joaquim Costa, n.425, B. Fazenda Barro Preto - Contagem/MG.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.130, DE 28 DE ABRIL DE 2016

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da importação, distribuição, comercialização e uso do medicamento Locabiotol (fusafungina), Reg. 1.1278.0049.001-2, da empresa Laboratório Servier do Brasil

	Ltda. (CNPJ 42.374.207/0001-76). (...) SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS) <u>PORTARIA Nº 460, DE 29 DE ABRIL DE 2016</u> Estabelece o remanejamento dos recursos financeiros destinados ao custeio da execução dos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos no Estado de São Paulo. <u>PORTARIA Nº 459, DE 29 DE ABRIL DE 2016</u> Estabelece o remanejamento dos recursos financeiros destinados ao custeio da execução dos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos no Estado de São Paulo. <u>PORTARIA Nº 454, DE 29 DE ABRIL DE 2016</u> Inclui e altera procedimentos de medicamentos relacionados ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais do SUS. <u>PORTARIA Nº 451, DE 29 DE ABRIL DE 2016</u> Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Raquitismo e Osteomalácia. <u>PORTARIA Nº 450, DE 29 DE ABRIL DE 2016</u> Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Hipoparatiroidismo. <u>PORTARIA Nº 449, DE 29 DE ABRIL DE 2016</u> Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Aplasia Pura Adquirida Crônica da Série Vermelha.
Ministério das Cidades (MCidades)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 153, DE 5 DE MAIO DE 2016</u> Aprova os manuais de instruções das ações de apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social, Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários e de Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários, integrantes do Programa Moradia Digna, constante do PPA 2016-2019. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16, DE 4 DE MAIO DE 2016</u> Dá nova redação à Instrução Normativa nº 2, de 15 de março de 2016(*), do Ministério das Cidades. (*) <i>Dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, para o exercício de 2016.</i> SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO (SNH) <u>PORTARIA Nº 155, DE 5 DE MAIO DE 2016</u> Divulga o resultado do processo de seleção de propostas apresentadas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, operado com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social.
Ministério das Relações Exteriores (MRE)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 284, DE 5 DE MAIO DE 2016</u> Cria a Comissão RE50 e define sua competência.

	(...) Art. 1º Fica criada a Comissão RE50, incumbida de organizar as atividades comemorativas relacionadas ao quinquentenário do Palácio Itamaraty e ao quinquentenário da transferência da sede do Ministério das Relações Exteriores para Brasília. (...)
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 124, DE 5 DE MAIO DE 2016</u> (...) Art. 1º Aprovar os Regimentos Internos dos órgãos deste Ministério, na forma dos Anexos I a IX desta Portaria. (...) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1, DE 3 DE MAIO DE 2016</u> Institui o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO para o período 2016-2019.
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SESAN) <u>PORTARIA Nº 12, DE 2 DE MAIO DE 2016</u> Estabelece a metodologia utilizada para a definição das metas de execução e dos limites financeiros a serem disponibilizados aos Estados que aderiram ao Programa de Aquisição de Alimentos, e propõe metas, limites financeiros e prazo para a implementação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea. → Secretaria Executiva <u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 29 DE ABRIL DE 2016</u> Formaliza a adesão do(s) Município(s) ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
Ministério do Esporte (ME)	CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE <u>RESOLUÇÃO Nº 44, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016</u> (...) Reconhecer que as Artes Marciais/Lutas e a Capoeira, em suas dimensões históricas e socioculturais, como manifestações artísticas e culturais, quando práticas de atividades físicas que se manifestam através de processos metódicos e regulares de caráter competitivo, institucionalizado, realizado conforme técnicas, habilidades e objetivos que lhes dão forma, significado e identidade, e exercícios físicos objetivando o condicionamento físico e promoção da saúde, podem ser consideradas esporte, inclusive para fins de enquadramento no campo das atividades desenvolvidas e regulamentadas no País, observadas as disposições legais pertinentes e os contornos lançados no Parecer nº 91/2015/CONJUR-ME/CGU-AGU. (...) SECRETARIA EXECUTIVA (SE) <u>DELIBERAÇÃO Nº 891, DE 5 DE MAIO DE 2016</u> Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 02/02/2016 e 01/03/2016, e nas reuniões extraordinárias realizadas em

	17/12/2015 e 21/01/2016.
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA) <u>RESOLUÇÃO Nº 474, DE 6 DE ABRIL DE 2016 (*)</u> Altera a Resolução nº 411, de 6 de maio de 2009, que dispõe sobre procedimentos para inspeção de indústrias consumidoras ou transformadoras de produtos e subprodutos florestais madeireiros de origem nativa, bem como os respectivos padrões de nomenclatura e coeficientes de rendimento volumétricos, inclusive carvão vegetal e resíduos de serraria, e dá outras providências. (*) Republicada por ter saído no DOU de 7-4-2016, Seção 1, págs. 70 a 71, com incorreção do original. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 3 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre normas e procedimentos administrativos para autorização de uso para a prestação do serviço de condução de visitantes em unidades de conservação federais, conforme as informações contidas no processo nº 02070.001887/2012-05.
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 152, DE 5 DE MAIO DE 2016</u> Aprova o Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. <u>PORTARIA Nº 150, DE 4 DE MAIO DE 2016</u> Institui o Programa de Integridade e o Comitê de Gestão Estratégica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. <u>PORTARIA Nº 147, DE 29 DE ABRIL DE 2016</u> Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 565.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA Nº 146, DE 29 DE ABRIL DE 2016</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 178.573.161,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA Nº 145, DE 29 DE ABRIL DE 2016</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 104.767.705,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA Nº 144, DE 29 DE ABRIL DE 2016</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$ 126.356.444,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA Nº 143, DE 29 DE ABRIL DE 2016</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em

	favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 38.645.050,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) → Comissão Nacional de Classificação <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 28 DE ABRIL DE 2016</u> (...) Art. 1º Aprovar e divulgar a Tabela de Natureza Jurídica 2016, conforme anexo único, a ser adotada pelos registros administrativos e pelo Sistema Estatístico Nacional, em substituição à Tabela de Natureza Jurídica 2014, aprovada pela Resolução Concla nº 2/2013, publicada no Diário Oficial da União nº 250, de 26/12/2013. (...)
Ministério do Trabalho e Previdência Social	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 527, DE 5 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre a condição de regime instituidor para a aplicação, no plano jurídico interno, de acordos internacionais de previdência social que contenham cláusula convencional que alcance a legislação dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS. <u>PORTARIA Nº 521, DE 4 DE MAIO DE 2016</u> Substitui os Anexos I e II da Portaria n.º 488, de 23 de novembro de 2005, referentes à Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana (GRCSU). <u>PORTARIA Nº 511, DE 29 DE ABRIL DE 2016</u> Inclui, na Norma Regulamentadora n.º 36 - Segurança e Saúde no Trabalho em Empresas de Abate e Processamento de Carnes e Derivados, o Anexo II - Requisitos de segurança específicos para máquinas utilizadas nas indústrias de abate e processamento de carnes e derivados destinados ao consumo humano. INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL <u>RESOLUÇÃO Nº 535, DE 5 DE MAIO DE 2016</u> Aprova o Manual de Acidente do Trabalho.
Ministério dos Transportes (MT)	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT) → Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO Nº 5.083, DE 27 DE ABRIL DE 2016</u> Aprova o Regulamento disciplinando, no âmbito da ANTT, o processo administrativo para apuração de infrações e aplicação de penalidades decorrentes de condutas que infrinjam a legislação de transportes terrestres e os deveres estabelecidos nos editais de licitações, nos contratos de concessão, de permissão e de arrendamento e nos termos de outorga de autorização. <u>RESOLUÇÃO Nº 5.082, DE 27 DE ABRIL DE 2016</u> Estabelece as diretrizes para emissão dos atestados de que trata o artigo 1º, § 3º, inciso IV e artigo 6º, § 2º da Portaria GM nº 124, de 13 de agosto de 2013, do Ministério dos Transportes, para fins de habilitação das concessionárias de exploração da infraestrutura rodoviária federal e de transporte ferroviário de passageiros e cargas

	ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI.
Poder Judiciário	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ) → Conselho da Justiça Federal (CJF) <u>RESOLUÇÃO Nº 400, DE 4 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre a instituição do Observatório da Estratégia da Justiça Federal como repositório oficial de informações da Justiça Federal, cria o Índice de Governança da Justiça Federal - iGovJF e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO Nº 398, DE 4 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre a Política Judiciária de solução consensual dos conflitos de interesses no âmbito da Justiça Federal e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO Nº 397, DE 4 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre a instituição do Fórum Nacional Previdenciário e da Conciliação. <u>RESOLUÇÃO Nº 398, DE 4 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre a Política Judiciária de solução consensual dos conflitos de interesses no âmbito da Justiça Federal e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO Nº 397, DE 4 DE MAIO DE 2016</u> Dispõe sobre a instituição do Fórum Nacional Previdenciário e da Conciliação.
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) <u>RESOLUÇÃO Nº 1.504, DE 15 DE ABRIL DE 2016</u> Altera o Anexo I da Resolução CFC n.º 1.248/2009, instaura a nova Tabela de Temporalidade me dá outras providências.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
Não houve	
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SE/SAP-1, DE 04-05-2016</u> Altera a Resolução conjunta SE/SAP 1, de 16.1.2013, que dispõe sobre a oferta da educação básica, na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA, os jovens e adultos que se encontrem em situação de privação de liberdade, nos estabelecimentos penais do

	Estado de São Paulo, e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SAP - 70, DE 2-5-2016</u> Dispõe sobre a conferência de dados da promoção dos integrantes da classe de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária
Agricultura e Abastecimento (SAA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAA 23, DE 4-5-2016</u> Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho visando o desenvolvimento de Plano de Trabalho, em conformidade com o Protocolo de Intenções firmado entre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e a Associação Brasileira dos Produtores de Bambu
Desenvolvimento Social (SEDS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>PORTARIA CONJUNTA CAF/CAS/CDS-01, DE 04-05-2016</u> Dispõe sobre os instrumentais a serem utilizados no Sistema de Transferência de Recursos Financeiros do Fundo a Fundo exclusivamente para o Projeto Família Paulista
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 29, DE 2-5-2016</u> Dispõe sobre o módulo e a movimentação dos integrantes do Quadro de Apoio Escolar – QAE e do Quadro da Secretaria da Educação – QSE
Fazenda (SF)	COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>PORTARIA CAF-G 00015, DE 2-5-2016</u> Dispõe sobre prazo de apresentação de documentos hábeis para solicitação de ressarcimentos amparados por relação jurídica contratual decorrentes de demandas judiciais oriundas da Lei 4.819/58 e impetradas contra empresas cujo controle acionário pertencia ao Estado <u>PORTARIA CAF-G 00014, DE 29-4-2016</u> (...) Art. 1º - Os vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referentes ao mês de ABRIL/2016 cujo processamento está afeto ao Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE estarão disponíveis na rede bancária no dia 06-05-2016. (...)
Meio Ambiente (SMA)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA-30, DE 24-03-2016</u> Dispõe sobre a localização das unidades descentralizadas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, bem como seus limites geográficos de atuação

Planejamento e Gestão (SPG) Antiga SPDR	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SPG 18, DE 28-4-2016</u> Dispõe sobre o fornecimento do “complemento de vale-alimentação” aos servidores afastados desta ou junto a esta Secretaria
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG) <u>PORTARIA SUBG/CONTG - 2, DE 2-5-2016</u> Dispõe sobre a atribuição para acompanhamento de ações judiciais em que é parte a Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp
Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH)	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CRH) <u>DELIBERAÇÃO CRH-184, DE 04-05-2016</u> Aprova o relatório sobre a Situação dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo – base 2013 e 2014 DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA (DAEE) ↳ Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio São José dos Dourados <u>DELIBERAÇÃO CBH-SJD - 172, DE 25-4-2016</u> Indica prioridades de investimento do Fehidro/2016 e dá outras providências <u>DELIBERAÇÃO CBH-SJD - 171, DE 25-4-2016</u> Aprova proposta dos mecanismos e valores para a cobrança pelos usos, urbano e industrial, dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, no âmbito da UGRHI-18, Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 41, DE 5-5-2016</u> Disciplina, no âmbito da Pasta, a relação entre os estabelecimentos de saúde, com ou sem fins lucrativos, na participação, no Sistema Único de Saúde, de forma complementar de assistência à saúde aos usuários do SUS/SP e dá providências correlatas. <u>RESOLUÇÃO SS - 40, DE 4-5-2016</u> Institui a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho – CEAD, com a responsabilidade de acompanhar, monitorar e conduzir todos os Processos de Estágio Probatório no âmbito da Pasta, e dá providências correlatas. <u>RESOLUÇÃO SS – 39, DE 3-5-2016</u> Estabelece o Centro Especializado de Referência de Fibrose Cística Adulto - CERFC – Adulto, para o diagnóstico tardio de Fibrose Cística – FC, e seguimento e acompanhamento dos pacientes selecionados pelo Programa Nacional de Triagem Neonatal do Sistema Único de Saúde na idade adulta no Estado de São Paulo e dá providências correlatas. COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE SAÚDE (CPS) <u>DELIBERAÇÃO CIB-22, DE 4-5-2016</u> (...) A Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo, em sua

	255º reunião realizada em 20-04-2016, aprova a pactuação do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, no âmbito do Estado de São Paulo, conforme Anexos I, II e III. Fica revogada a Deliberação CIB 21, de 27-05-2015. (...)
Secretaria de Segurança Pública (SSP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP-60, DE 05-05-2016</u> Dispõe sobre o quadro de Delegados de Polícia nas unidades da Polícia Civil
Universidade de Campinas (UNICAMP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO GR-12, DE 03-05-2016</u> Institui a Bolsa de Pesquisa os para os professores e pesquisadores franceses participantes do Programa de Cátedras Franco-Brasileiras do Estado de São Paulo organizado pela Unesp, Unicamp, USP e pelo Consulado Geral da França em São Paulo
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO UNESP-37, DE 4-5-2016</u> Altera o §1º do artigo 29 da Resolução Unesp 30/2010, que dispõe sobre o Regimento Geral de Pós-Graduação da Unesp
Defensoria Pública do Estado (DPE)	SEGUNDA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO <u>ATO CONJUNTO DO SEGUNDO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO E DO TERCEIRO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, N. 15, DE 05-05-2016</u> Altera o Ato Conjunto do Segundo Subdefensor Público-Geral do Estado e do Terceiro Subdefensor Público-Geral do Estado 2, de 22-01-2015, que organiza a distribuição de processos eletrônicos alocados nos Departamentos Estaduais de Execução Criminal pelos Oficiais de Defensoria Pública <u>ATO DO SEGUNDO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, DE 29-4-2016</u> Dispõe sobre a atuação de Defensores Públicos da Capital, Região Metropolitana e Interior, nas audiências de custódia, e abre vagas remanescentes
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
07/05/2016	<u>PROJETO DE LEI Nº 374, DE 2016</u> Inclui artigos na Lei nº 2574, de 4 de dezembro de 1980, que dispõe sobre normas para declaração de utilidade pública estadual DOE, Legislativo, 07/05/2016, p. 7

06/05/2016	COMUNICADOS <u>COMUNICADO GP Nº 09/2016</u> Processos Julgados - 1º Trimestre O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo publiciza o volume de processos julgados no 1º trimestre de 2016, pelo Tribunal Pleno, pelas Primeira e Segunda Câmaras, e por Julgadores singularmente. Publique-se G.P., em 29 de abril de 2016 DIMAS EDUARDO RAMALHO Presidente
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
Não houve	

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107